

**MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU**  
**CONTROLE INTERNO**

Rua Frei Vito Berscheid, 708  
85568-000 - Saudade do Iguaçu - Paraná

---

Ofício/OC nº. 002/2015

Em, 25 de março de 2015.

Prezado Senhor

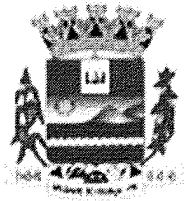
Nos termos do Artigo 74, da Constituição Federal, do Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/00, e em atendimento ao disposto no Capítulo III da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda o disposto nos Acórdãos do Tribunal de Contas que tratam da implantação do Sistema de Controle Interno, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o **RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante do anexo 1/PCA item 4 e 5 da Instrução Normativa 104/2015 da prestação de contas referente ao **Exercício de 2014**.

Sendo o que nos apresenta para o momento e certos de poder contar com a compreensão de Vossa Senhoria ao exposto, reiteramos no ensejo os nossos protestos de elevada estima e superior consideração.

Cordialmente.

  
**SIDNEI LUIZ DERLAN**  
Controle Interno

Ilustríssimo Senhor  
**MAURO CESAR CENCI**  
Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu  
Saudade do Iguaçu - Paraná



Modelo 2 da Instrução Normativa nº. 104/2015

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Exercício de 2014

1. Normatização

- ✓ Lei Nº 423/2007, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2007, que Institui o Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo; E estabelece as Normas gerais sobre a fiscalização da administração direta e indireta dos Poderes Executivos e Legislativo Municipal.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

1º CONTROLADOR	
Nome:	<b>SIDNEI LUIZ DERLAN</b>
CPF:	<b>475.480.881-91</b>
RG:	<b>000625903 - SSP - MS</b>
Endereço:	<b>Rua Antonio Fabris , 1987</b>
Bairro:	<b>Centro</b>
CEP:	<b>85.568-000</b>
Cidade:	<b>SAUDADE DO IGUAÇU</b>
Estado:	<b>PARANÁ</b>
Telefone:	<b>46-3246-1414</b>
e-mail:	<b>sliderlan@yahoo.com.br</b>
Período de responsabilidade:	Data do Início: <b>28/11/2007</b> Data do Fim: <b>31/12/2015</b>
Servidor Ocupante de Cargo Efetivo?	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Nome do Cargo Ocupado:	<b>CONTADOR</b>
Ato de nomeação:	<b>Portaria 094/2007</b>
Data de nomeação no cargo:	<b>31/07/2007</b>
Data de realização do concurso:	<b>16/03/2007</b>

3. Relação de Servidores

No encerramento do Exercício de 2014, a equipe da Controladoria do Município de Saudade do Iguaçu - PR, composta pelos servidores abaixo relacionados:

Nome	Data Lotação	Função	Natureza
SIDNEI LUIZ DERLAN	28/11/2007	Coordenador Geral do Sistema de Controle Interno	Efetivo

#### 4. Ações desenvolvidas

Os trabalhos foram realizados tendo uma verificação dos principais focos de controles, tendo como base principal a verificação do Controle Patrimonial, a verificação das publicações Legais, sendo da Poder Executivo Municipal de Saudade do Iguaçu, os Relatórios Bimestrais, e Relatórios Semestrais, a verificação dos Gastos com Pessoal e o Acompanhamento da situação Financeira e Orçamentária, sendo necessário novo relatório devido ao fechamento com ajustes de lançamentos em que ocasionaram mudanças nos índices e valores da movimentação do Município.

Foram realizados avaliações Bimestrais sendo o 3º Bimestre de 2014 e 1º Semestre de 2014, foram efetuados relatórios na data de 20 de agosto de 2014, e 6º Bimestre e 2º Semestre de 2014 em 23 de março de 2015, verificando a situação Financeira e Orçamentária, Gastos com Pessoal, Análise dos programas previstos na Lei 803/2013 de 31/10/2013 - PPA de 2014 à 2017 e Lei 815/2013 de 06/12/2013 – LOA, bem como acompanhamento do patrimônio, Diárias, Acompanhamento das Receitas e Despesas, Acompanhamento das Despesas da Frota Municipal e síntese Geral da Situação com Gastos de Saúde e Educação.

#### 5. Síntese das avaliações

Elencamos abaixo os itens/assuntos que fizeram parte do programa de trabalho desenvolvido pelo Controle Interno do Município de Saudade do Iguaçu - PR, durante o **Exercício de 2014**, bem como, alguns comentários, justificativas e providências adotadas, consideradas relevantes, em virtude das avaliações e resultados apresentados na **Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu**:

Procedimentos Realizados	Avaliação
Planos e Políticas de Governo	
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	REGULAR
Eficácia da aplicação das políticas de governo	REGULAR
Estimativas da receita em bases conservadoras	REGULAR
Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
Diretrizes contidas na LDO	REGULAR
Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR
Execução Orçamentária	
Realização da Receita e renúncia fiscal	REGULAR
Medidas para cobrança da Dívida Ativa	REGULAR
Programação financeira e congelamento de dotações	REGULAR
Publicidades do RREO	REGULAR
Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	REGULAR
Créditos Especiais	REGULAR
Subvenções Sociais Concedidas	
Propriedade na concessão – Interesse público	REGULAR
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR
Convênios e Auxílios recebidos	
Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR
Obras e Serviços de Engenharia em andamento	
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR



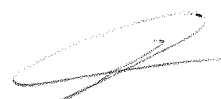
Obras e Serviços de Engenharia concluídos no exercício	
Procedimento licitatório e contrato	REGULAR
Entrega do objeto do contrato	REGULAR
Compras e Serviços	
Procedimentos Licitatórios	REGULAR
Dispensas de Licitação	REGULAR
Contratos e Aditivos	REGULAR
Entrega do Objeto do Contrato	REGULAR
Conselho de Controle Social do FUNDEB	
Composição (Número de membros e representação) O Conselho é composto por 20 membros e o Presidente a Sra. Silvana Ribeiro Leite	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões São realizadas reuniões bimestrais	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2014 Parecer pela Regularidade – Aprovada as contas	REGULAR
Conselho de saúde	
Composição (Número de membros e representação) O conselho é composto por 14 membros e o Presidente a Sra. Michele Huana Beletato	REGULAR
Funcionamento – regularidade das reuniões São realizadas reuniões trimestrais	REGULAR
Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR
Parecer do Conselho sobre as contas de 2014 Parecer pela aprovação das Contas- Regularidade	REGULAR
Gastos com Pessoal do Poder Executivo	
Apropriação contábil da Despesa	REGULAR
Limite de Gastos Os gastos totalizados pelo Poder Executivo com Despesas de Pessoal totalizou no exercício o montante de <b>36,91%</b> da sua Receita Corrente Líquida, ou seja, CUMPRIU os limites estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alíneas a e b, da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	REGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR
Divida Consolidada	
Apropriação contábil da Dívida	REGULAR
Limite da Dívida Consolidada O montante da Dívida Pública Municipal corresponde a <b>8,71%</b> da sua Receita Corrente Líquida, isto é, está abaixo do limite de endividamento de que trata o art. 30, inciso primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal, posteriormente regulamentado pelo Senado Federal, através da Resolução 40, de 2001, que fixou o teto da Dívida Pública em 120% (cento e vinte por cento) do valor da RCL - Receita Corrente Líquida. Diante dos números apresentados, a Entidade está sujeito às penalidades dispostas no artigo 31, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com vistas a reconduzir o montante da Dívida aos limites estabelecidos.	REGULAR
Publicidade do RGF	REGULAR



Limites Constitucionais	
<b>Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental</b> Pelos dados aqui exposto, fica evidenciado que o município aplicou em Educação o equivalente a <b>29,73%</b> , ou seja, CUMPRIU o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, que define a aplicação mínima de 25%, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.	REGULAR
<b>Efetividade das Despesas com a Saúde</b> De acordo com o exposto, o município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o equivalente a <b>16,08%</b> da sua receita proveniente de impostos no período, isto é, CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais.	REGULAR
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	
- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	REGULAR
- Diário da Contabilidade	REGULAR
- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	REGULAR
- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	REGULAR
- Licitações e Contratos	REGULAR
- Obras públicas	REGULAR
- Convênios e Auxílios Recebidos	REGULAR
- Subvenções e Auxílios Concedidos	REGULAR
- Lei de Responsabilidade Fiscal	REGULAR
- Informações Anuais	REGULAR
- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	REGULAR

## 6. Considerações relevantes e medidas recomendadas

Mesmo diante da falta do envio do Encerramento Anual do SIM-AM-2014, mas tendo seu envio do mês de Dezembro/2014 sob protocolo nº 2015232115 na data de 23/03/015, Declaro para os devidos fins de fato e de direito que os procedimentos elencados neste relatório, realizados pela Prefeitura durante o exercício financeiro de 2014, dos quais atesto a regularidade, nos termos da documentação e pareceres que manterei arquivado junto ao Sistema de Controladoria, sob pena de responsabilização solidária com os ordenadores de despesa, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 113/05, em casos de negligência, imperícia ou conivência.



## 7. Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

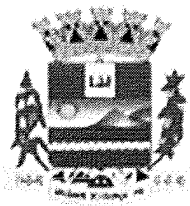
Foram encaminhados novamente os documentos ajustados abaixo para a câmara Municipal em 24 de março de 2015, conforme protocolo nº 069, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar nº 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldo financeiros em caixa e bancos em 31/12/2014, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de balanço previstos no art. 101 da Lei 4320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2014, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2014, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviando ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.
- Os seguintes Relatórios emitidos através do sistema SIM-AM do Tribunal de Contas:
  - Balancete Contábil analítico acumulado no exercício com os saldos em 31/12/2014.
  - Receita Realizada por Fontes de Recursos – Relatório acumulada no exercício de 2014.
  - Total de Pagamentos por Fonte de Recursos – Relatório acumulados no exercício 2014.

Saudade do Iguaçu - PR, 25 de março de 2015

  
**SIDNEI LUIZ DERLAN**

Coordenador Controle Interno



Modelo 3 da Instrução Normativa nº. 104/2015

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2014

## PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

### AVALIAÇÃO DA GESTÃO (PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno, sobre os atos de gestão do exercício financeiro de **2014**, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE **SAUDADE DO IGUAÇU**, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Saudade do Iguaçu - PR, 25 de março de 2015.

  
**SIDNEI LUIZ DERLAN**  
Coordenador Controle Interno

**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU**

**PARECER FINAL DO CONTROLE INTERNO DA  
MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU SOBRE AS  
CONTAS DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2014**

**ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO  
EXERCICIO DE 2014**



## APRESENTAÇÃO

Nos termos do Artigo 74, da Constituição Federal, do Artigo 59 da Lei Complementar nº. 101/00, e em atendimento ao disposto no Capítulo III da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda o disposto nos Acórdãos do Tribunal de Contas que tratam da implantação do Sistema de Controle Interno, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2014.

## INTRODUÇÃO

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2014 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2014, otimizar a prestação de serviços interna e externa, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

## DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014			
Receita Prevista por Categoria	Valor	Despesa Fixada por Categoria	Valor
Receitas Correntes	31.989.750,00	Despesa Corrente	22.351.484,00
Receitas de Capital	0,00	Despesa de Capital	2.515.100,00
Dedução Fundeb	-5.044.200,00	Reserva de Contingência	275.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.945.550,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>25.141.584,00</b>



## Da elaboração e execução do Orçamento:

Conforme demonstrado no quadro acima, o Orçamento para o exercício em questão estimou a receita em R\$ 25.141.584,00, e fixou a despesa em igual importância. Os parâmetros utilizados para a definição dos valores, baseou-se principalmente na evolução média ocorrida nos últimos três exercícios.

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes.

Após a publicação do orçamento, atendendo o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi elaborado o quadro de Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

## DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Através do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO DE 2014							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença
Rec. Correntes	31.989.750,00	39.164.118,34	7.174.368,34	Desp. Orçam.	25.141.584,00	33.178.056,73	8.036.472,73
Rec. Capital	0,00	3.813.416,54	3.813.416,54	Créditos Espec.	490.300,00	410.567,98	-79.732,02
Ded. Fundeb	-5.044.200,00	-5.761.112,88	-716.912,88	Créditos Extra.	0,00	0,00	0,00
SOMA	26.945.550,00	37.216.422,00	10.270.872,00	SOMA	26.945.550,00	33.588.624,71	-6.643.074,71
----	0,00	0,00	0,00	Superávit	0,00	3.627.797,29	16.913.946,71
<b>TOTAL</b>	<b>26.945.550,00</b>	<b>37.216.422,00</b>	<b>10.270.872,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.945.550,00</b>	<b>37.216.422,00</b>	<b>10.270.872,00</b>

## Análise do Balanço Orçamentário:

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$. 26.945.550,00 e a receita efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$. 37.216.422,00, ocorrendo um Superávit (excesso) de arrecadação no valor de R\$ 10.270.872,00.

## ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES:

O Quadro abaixo demonstra uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
Especificação	Arrecadado	AV %	Arrecadado	AH %	AV %	Arrecadado	AH %	AV %
Rec. Correntes	19.359.303,19	89,29	26.040.810,29	34,51	97,80	33.403.005,46	28,27	89,75
Rec. Capital	2.322.197,45	10,71	586.159,59	74,76	2,20	3.813.416,54	550,58	10,25
<b>SOMA</b>	<b>21.681.500,64</b>	<b>100,00</b>	<b>26.626.969,88</b>	<b>22,81</b>	<b>100,00</b>	<b>37.216.422,00</b>	<b>39,77</b>	<b>100,00</b>

Pelo quadro constatamos que as Receitas Correntes do exercício em análise representaram 89,75% do total da Receita Arrecadada, enquanto que as Receitas de Capital representaram 10,25%.

Podemos perceber ainda a partir do quadro acima que o total da Receita do corrente exercício apresentou um crescimento da ordem de 39,77% em relação anterior.

### ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA DESPESA REALIZADA NO EXERCÍCIO EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES:

O Quadro abaixo demonstra uma análise horizontal e vertical da despesa realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
Especificação	Realizada	AV %	Realizada	AH %	AV %	Realizada	AH %	AV %
Desp. Correntes	17.727.949,55	82,84	21.298.952,04	20,14	79,68	28.317.465,14	32,95	85,35
Desp. Capital	3.671.747,20	17,16	5.431.314,30	47,92	20,32	4.860.591,59	10,51	14,65
<b>SOMA</b>	<b>21.399.696,75</b>	<b>100,00</b>	<b>26.730.266,34</b>	<b>24,91</b>	<b>100,00</b>	<b>33.178.056,73</b>	<b>24,12</b>	<b>100,00</b>

Pelo quadro constatamos que as Despesas Correntes do exercício em análise representaram 85,35 % do total da Despesa Realizada, enquanto que as Despesas de Capital representaram 14,65 %.

Podemos perceber ainda a partir do quadro acima que a Despesa Realizada no corrente exercício apresentou um crescimento na ordem de 24,12 % em relação ao exercício anterior.

### BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2014, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em resumo, a execução financeira no exercício financeiro em questão assim se processou:



<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
<b>Ingressos (R\$)</b>		<b>Dispêndios (R\$)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Orçamentários	37.216.422,00	Orçamentários	33.178.056,73
Interferências	35.729,82	Interferências	439.000,00
Extra-Orçamentários	0,00	Extra-Orçamentários	0,00
Disponível Exercício Ant.	3.037.186,10	Disponível Exercício Seguinte	4.073.861,06
<b>TOTAL</b>	<b>40.289.337,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.690.917,79</b>

### Da variação dos saldos do Ativo Disponível:

Comparando os saldos do Ativo Disponível do exercício atual no valor de R\$. 4.073.861,06, com os saldos advindos do exercício anterior, na importância de R\$. 3.037.186,10, concluímos que houve um crescimento favorável na importância de R\$. 1.036.674,96, que corresponde a 34,13 %.

De forma resumida, assim se apresentou o patrimônio do Município nos últimos dois exercícios

### BALANÇO PATRIMONIAL

<b>COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS</b>					
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>Títulos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Títulos</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Financeiro	3.037.186,10	4.083.221,42	Financeiro	321.139,65	751.558,55
Permanente	40.472.954,22	46.569.525,63	Permanente	2.104.330,67	2.907.909,75
Ativo Real	43.510.140,32	50.652.747,05	Passivo Real	2.425.470,32	3.659.468,30
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	41.084.670,00	46.993.278,75
Compensado	0,00	0,00	Compensado	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>43.510.140,32</b>	<b>50.652.747,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>43.510.140,32</b>	<b>50.652.747,05</b>

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

O Ativo Real corresponde a soma do Ativo Financeiro (disponível + realizável) com o Ativo Permanente (bens móveis e imóveis + dívida Ativa tributária).

Já o Passivo Real corresponde a soma do Passivo Financeiro (restos a pagar + depósitos de diversas origens) com o Passivo Permanente (dívida fundada interna).

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real à Descoberto.

No exercício em análise, temos uma situação favorável, pois apurou-se um Ativo Real Líquido na importância de R\$. 46.993.278,75.



## Do Demonstrativo das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Variações Ativas	Valor	Variações Passivas	Valor
Res. Execução Orçament.	37.526.477,98	Res. Execução Orçament.	33.424.344,93
Receita Orçamentária	37.216.422,00	Despesa Orçamentária	33.178.056,73
Mutações Patrimoniais	310.055,98	Mutações Patrimoniais	246.288,20
Indep. Execução Orçament.	38.008,33	Indep. Execução Orçament.	655.604,83
<b>Total Variações Ativas</b>	<b>37.564.486,31</b>	<b>Total Variações Passivas</b>	<b>34.079.949,76</b>
Déficit	0,00	Superávit	3.484.536,55
<b>TOTAL</b>	<b>37.564.486,31</b>	<b>TOTAL</b>	<b>37.564.486,31</b>

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. No exercício em análise, apurou-se um superávit no Resultado Patrimonial de R\$. 3.484.536,55.

## DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Valor da Receita Corrente Líquida no encerramento do exercício	33.403.005,46
Saldo da Dívida Fundada no início do Exercício	2.104.330,67
Valor das novas Dívidas emitidas no Exercício	1.738.408,87
Valor das Atualizações (correções) da Dívida Fundada	5.157,57
Valor das Amortizações (resgates) de Dívidas ocorridas no exercício	939.987,36
Valor das Dívidas Canceladas no exercício	0,00
<b>SALDO DA DÍVIDA FUNDADA NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.907.909,75</b>
Comprometimento da Dívida Fundada em Relação a RCL	8,71

O quadro acima demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Estas obrigações são representadas pelos empréstimos, financiamentos e parcelamentos.

O montante da Dívida Pública no encerramento do exercício, no valor de R\$ 2.907.909,75, correspondia a 8,71 % do valor da Receita Corrente Líquida, ou seja, encontra-se dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20 de dezembro de 2001, do Senado Federal.



## ANÁLISE DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ		
Títulos	2013	2014
Disponível em Caixa e Bancos (A)	3.037.186,10	4.073.861,06
Passivo Financeiro (B)	321.139,65	751.558,55
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	9,46	5,42

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto prazo, o município possuía disponível em Caixa e Bancos Conta Movimento a importância de R\$. 5,42.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
Títulos	2013	2014
Ativo Financeiro (A)	3.037.186,10	4.083.221,42
Passivo Financeiro (B)	321.139,65	751.558,55
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	9,46	5,43

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto prazo, o município possuía de recursos financeiros o montante de R\$. 5,43.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
Títulos	2013	2014
Títulos		50.652.747,05
Passivo Real (B)		3.659.468,30
Índice de Liquidez Real (A/B)		13,84

O quadro acima demonstra que no encerramento do exercício, para cada R\$. 1,00 de dívida a curto, médio e longo prazo, o município possuía de Ativo Real o montante de R\$. 13,84.

## DAS DESPESAS COM PESSOAL NO EXERCÍCIO

DESPESA COM PESSOAL	
Títulos	Valores
VALOR DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	33.403.005,46
Total Gasto com Pessoal Ativo	11.714.407,10
Total Gasto com Pessoal Inativo	0,00
Contratos Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	624.170,64
Disp. não computadas (art. 19, § 1º da LRF)	10.076,00
Repasso Previdenciário ao RPPS	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO</b>	<b>12.328.501,74</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO NO EXERCÍCIO</b>	<b>36,91</b>



De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida apurada no período.

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o município gastou com despesas de pessoal, o montante de 36,91% de sua Receita Corrente Líquida, ou seja, CUMPRIU OS LIMITES de pessoal estabelecidos no Artigo 169 da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alíneas a e b, da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante destes números, o município não está obrigado a adotar as medidas enunciadas no Parágrafo Único, incisos I a V, do Artigo 22 da LRF, pois sequer atingiu o limite prudencial (51.3% da RCL).

### DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO EXERCÍCIO

TOTAL DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO EXERCÍCIO	
Titulos	Valores
VALOR DA RECEITA DE IMPOSTOS (base para Educação)	32.587.987,32
Total de gastos na Função 361 - Ensino Fundamental	4.280.941,26
Total de gastos na Função 365 - Ensino Infantil	1.786.577,83
Total de gastos em outras Funções (educação)	0,00
<b>Total das Despesas para efeito de cálculo</b>	<b>9.522.231,13</b>
Percentual aplicado no exercício	29,22
<b>Valor das despesas efetuadas a maior ou menor</b>	<b>1.375.234,30</b>
Percentual aplicado acima ou abaixo do limite	4,22

O limite mínimo de gastos em Educação está definido no artigo 212 da Constituição Federal. Nele está determinado que o município não poderá gastar menos de 25% da receita resultante de impostos na manutenção do ensino.

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o município aplicou o montante de 9.522.231,13, que corresponde ao percentual de 29,22 % da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino, ou seja, CUMPRIU o referido dispositivo legal.

Na análise dos gastos com educação, destaca-se o montante das despesas no Ensino Fundamental, no montante de R\$. 4.280.941,26, correspondente a 44,96 % do total das despesas realizadas no exercício, enquanto que a aplicação no Ensino Infantil foi de R\$ 1.786.577,83, correspondendo a 18,76 % do total das despesas.



## DAS DESPESAS COM FUNDEB NO EXERCÍCIO

DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES DO FUNDEB	
Títulos	Valores
Valor da Receita do FUNDEB	2.110.630,63
Total das Despesas realizadas com recursos do FUNDEB	2.102.207,47
Valor aplicado para efeito de Cálculo	2.045.631,38
Percentual aplicado com Despesas do Magistério (em relação à Receita)	96,92
Percentual aplicado com Despesas do Magistério (em relação à Despesa)	97,31

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com o pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o município aplicou 96,92% da sua receita do FUNDEB, ou seja, CUMPRIU o disposto no Artigo 60, § 5º, do ADCT - Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº. 53, de 06 de dezembro de 2006. Se compararmos esta despesa do magistério ao total de despesas realizadas com os recursos do FUNDEB, concluímos que ela representa o montante de 97,31%.

## DOS GASTOS COM AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE NO EXERCÍCIO

TOTAL DOS GASTOS COM AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE	
Títulos	Valores
VALOR DA RECEITA DE IMPOSTOS (base para Saúde)	32.584.987,32
Total de Despesas realizadas com Recursos Próprios	5.240.602,68
Total de Despesas realizadas com Outras Fontes de Recursos	1.448.954,13
Total das Despesas realizadas em Ações Básicas de Saúde	6.689.556,81
Total das Despesas para efeito de cálculo	5.240.602,68
Percentual aplicado no exercício	16,08
Valor das despesas efetuadas a maior ou menor	352.854,58
Percentual aplicado acima ou abaixo do limite	1,08

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite mínimo a ser aplicado na saúde, com vigência a partir do exercício financeiro de 2000. A partir do exercício financeiro de 2000, os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Os dados apresentados na tabela acima demonstram que o município, aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$. 5.240.602,68, equivalente a 16,08% da receita proveniente de impostos no período, evidenciando assim, que CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Com base nos dados acima, concluímos ainda que as despesas com recursos próprios representam 78,34% do total das despesas realizadas, enquanto que 21,66% das despesas foram realizadas por conta de outras fontes de receitas.





## DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO

DESPESAS REALIZADAS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Títulos	Valores
Valor Receita Tributária (base para suprimento) exercício ant.	25.887.182,58
Total de Gastos com Pessoal da Câmara no exercício	872.666,26
Valor dos Suprimentos Repassados no exercício	1.105.000,00
Total das Despesas Empenhadas pelo Poder Legislativo no exerc.	1.059.386,04
<b>Percentual da Folha em relação à Receita Corrente Líquida</b>	<b>2,61</b>
<b>Percentual da Folha em relação ao Suprimento Recebido</b>	<b>78,97</b>
<b>Percentual da Folha em relação ao Suprimento Permitido</b>	<b>42,14</b>
<b>Percentual que representa o Suprimento em relação à Receita Tributária</b>	<b>4,27</b>

O valor do suprimento repassado para a Câmara de Vereadores no exercício atingiu o montante de R\$. 1.105.000,00. Isto representa 4,27% da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, o que vale dizer que o Poder Executivo CUMPRIU o disposto no artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal.

O percentual de gastos de Pessoal da Câmara de Vereadores foi de 2,61% da Receita Corrente Líquida, ou seja, CUMPRIU os limites estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O percentual de gastos da Folha de Pagamento do Poder Legislativo em relação ao suprimento recebido/permitido foi de 42,14. Conclui-se então que a Câmara de Vereadores CUMPRIU o limite estabelecido no artigo 29-A, § 1, da Constituição Federal.

## DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS NO EXERCÍCIO

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	Ingresso	Aplicação
Total dos Saldos do Exercício Anterior	5.021,07	5.021,07
Valor total de bens alienados no exercício	293.520,00	194.478,45
<b>Totais</b>	<b>298.541,07</b>	<b>199.499,52</b>
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>99.041,55</b>	<b>99.041,55</b>

O quadro acima demonstra a origem e a destinação dos recursos da alienação de ativos no exercício em análise. De acordo com o artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o produto da alienação de ativos só poder ser reaplicados em Despesas de Capital.



## CONCLUSÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, na forma da legislação pertinente e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo. O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2014. O nosso trabalho consistiu em analisar todos os demonstrativos do Balanço, bem como, analisar o cumprimento dos índices constitucionais e legais. Diante do exposto, concluímos que a as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição orçamentária, patrimonial e financeira da Prefeitura e suas entidades na data de encerramento do exercício, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



SIDNEI LUIZ DERLAN  
Coordenador Controle Interno

### Declaração do gestor responsável pela execução financeira e orçamentária

Eu, SIDNEI LUIZ DERLAN, gestor responsável pela execução financeira e orçamentária desta entidade emito, sobre as contas e o parecer do controle interno, expresso e indelegável pronunciamento, confirmando que tomei conhecimento das conclusões nele contidas.



GILVANE HOFFMANN  
Contador

Saudade do Iguazu - PR, 25/03/2015

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU  
SERVIÇO DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO**

**COMPROVANTE DE PROTOCOLIZAÇÃO**

**Acusamos o recebimento do processo abaixo discriminado:**

Assunto: OFICIO Nº.  
Subassunto: OFICIO Nº.  
Descrição: OFICIO Nº. 002/2015

No. Processo: 007779  
Data Protoc: 26/03/15 -  
Requerente: SIDNEI LUIZ DERLAN  
Logradouro: RUA AV IGUAÇU  
Numero:  
Bairro: CENTRO  
CEP: 85568000  
TELEFONE:

26/03/2015

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente